



Maria Rosário Bastos

O Baixo Vouga em Tempos Medievos

Do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis

Maria Rosário Maria Rosário Bastos
O Baixo Vouga em Tempos Medievos

Maria Rosário Maria Rosário Bastos

O Baixo Vouga em Tempos Medievos

**Do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado
de D. Dinis**

Novas Edições Acadêmicas

Impressum / Imprensa

Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek: Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation in der Deutschen Nationalbibliografie; detaillierte bibliografische Daten sind im Internet über <http://dnb.d-nb.de> abrufbar.

Alle in diesem Buch genannten Marken und Produktnamen unterliegen warenzeichen-, marken- oder patentrechtlichem Schutz bzw. sind Warenzeichen oder eingetragene Warenzeichen der jeweiligen Inhaber. Die Wiedergabe von Marken, Produktnamen, Gebrauchsnamen, Handelsnamen, Warenbezeichnungen u.s.w. in diesem Werk berechtigt auch ohne besondere Kennzeichnung nicht zu der Annahme, dass solche Namen im Sinne der Warenzeichen- und Markenschutzgesetzgebung als frei zu betrachten wären und daher von jedermann benutzt werden dürften.

Informação biográfica publicada por Deutsche Nationalbibliothek: Nationalbibliothek numera essa publicação em Deutsche Nationalbibliografie; dados biográficos detalhados estão disponíveis na Internet: <http://dnb.d-nb.de>.

Os outros nomes de marcas e produtos citados neste livro estão sujeitos à marca registrada ou a proteção de patentes e são marcas comerciais registradas dos seus respectivos proprietários. O uso dos nomes de marcas, nome de produto, nomes comuns, nome comerciais, descrições de produtos, etc. Inclusive sem uma marca particular nestas publicações, de forma alguma deve interpretar-se no sentido de que estes nomes possam ser considerados ilimitados em matérias de marcas e legislação de proteção de marcas e, portanto, ser utilizadas por qualquer pessoa.

Coverbild / Imagem da capa: www.ingimage.com

Verlag / Editora:

Novas Edições Acadêmicas

ist ein Imprint der / é uma marca de

OmniScriptum GmbH & Co. KG

Heinrich-Böcking-Str. 6-8, 66121 Saarbrücken, Deutschland / Niemcy

Email / Correio eletrônico: info@nea-edicoes.com

Herstellung: siehe letzte Seite /

Publicado: veja a última página

ISBN: 978-613-0-16711-0

Zugl. / Aprovado/a pela/pelo: Universidade Aberta, 2006

Copyright / Copirraite © 2015 OmniScriptum GmbH & Co. KG

Alle Rechte vorbehalten. / Todos os direitos reservados. Saarbrücken 2015

Ao meu Filho

A meu Pai (*in memoriam*)

ENQUADRAMENTO DA PRESENTE EDIÇÃO

O trabalho que agora é publicado é datado e datável e justifica-se pelos objectivos que, à época, pretendia cumprir.

Consiste na minha dissertação de doutoramento, apresentada à Universidade Aberta (Portugal), em 2006, com a qual obtive o almejado grau. De então até agora, as referências científicas foram necessariamente ampliadas e a minha própria investigação alargou-se, incorporando novos rumos. Não obstante, optei por publicar o trabalho tal e qual se apresentou na versão original, porque foi nessa forma que foi objecto do Prémio A. de Almeida Fernandes, Grande Prémio de História Medieval Portuguesa, Fundação D. Mariana Seixas, em 2009.

“Veniet tempus quo ista quae nunc latent in lucem dies extrahat et longioris aevi diligentia. Ad inquisitionem tantorum aetas una non sufficit, ut tota caelo uacet; quid quod tam paucos annos inter studia ac uitia non aequa portione diuidimus? Itaque per successiones ista longas explicabuntur. Veniet tempos quo posteri nostri tam aperta nos nescisse mirentur”.

Sêneca ¹

¹ Tradução Livre: “Virá o dia em que, através de um estudo continuado de muitos séculos, as coisas actualmente escondidas parecerão evidentes e a posteridade se espantará por coisas tão claras nos terem escapado”, in SÉNÈQUE – *Questions Naturelles*, Texte établi et traduit par Paul Oltramare, Tome I (Livres I-III), Paris, Société d’Édition *Les Belles-Lettres*, 1929, pp. 326-327.

ÍNDICE GERAL

Conteúdo

ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ÍNDICE DE TABELAS.....	v
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
NOTA PRÉVIA.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
1. Estado da questão.....	1
2. Pressupostos científicos do presente estudo	6
2.1. A acuidade do tema	8
2.2. A escolha do espaço.....	10
3. Definição de objectivos.....	15
CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO.....	16
I.1. Enquadramento.....	16
I.2. O estado actual dos conhecimentos	21
I.3. Breve caracterização da Bacia do Vouga	25
I.4. Análise diacrónica do espaço	34
I.4.1. A antiga foz do Vouga	35
I.4.2. A formação da laguna de Aveiro.....	42
I.4.3. Os períodos subsequentes	54
I.5. Súmula.....	72
CAPÍTULO II - AS GENTES.....	76
II.1. Enquadramento.....	76
II.2. A população	78
II.3. Estruturas de fixação e ocupação do terreno.....	96
II.3.1. Os principais protagonistas	112
II.3.2. O povoamento do Vouga lagunar à luz das inquirições régias.....	142
II.3.3. A (re)organização e (re)ocupação do mosaico fundiário.....	164
II.4. Súmula.....	182

CAPÍTULO III -O HOMEM EM DIÁLOGO COM O MEIO	184
III.1. Enquadramento.....	184
III.2. Formas de utilização e manipulação dos recursos naturais. Intervenções antrópicas nos ambientes costeiros e bacias hidrográficas.....	189
III.2.1. O sal	189
III.2.2. Os moinhos	213
III.3. Integração da área nos circuitos comerciais coevos	224
III.3.1. Estradas, albergarias e pontes.....	224
III.3.2. Portos/pescas e navegação (marítima e fluvial)	249
III.4. Súpula.....	272
CONCLUSÃO.....	276
6 - ANEXOS.....	292
ANEXO I.....	293
ANEXO I.1 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II.....	293
ANEXO I.2 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III.....	305
ANEXO I.3 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. DINIS (TERRAS E JULGADOS).....	313
ANEXO II.....	331
ANEXO II.1 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II.....	331
FONTES, BIBLIOGRAFIA e REFERÊNCIAS ACEDIDAS ON-LINE	345
FONTES HISTÓRICAS	346
1. Manuscritas	346
2. Impressas	348
BIBLIOGRAFIA	351
1. Dicionários, corografias, enciclopédias e monografias.....	351
2. Bibliografia Geral.....	352
3. Bibliografia Específica	361
1. Endereços electrónicos.....	367
2. e-Books.....	368

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Hidrografia do Baixo Vouga.....	26
Figura 2 - Perfil Longitudinal do Rio Vouga e seus Principais Afluentes.....	29
Figura 3 - Reconstituição da antiga costa entre Espinho e o Cabo Mondego.....	38
Figura 4 - A costa portuguesa na primeira metade do século XIV segundo Petrus Vesconte.....	56
Figura 5 - A costa portuguesa segundo a carta náutica de Agostino Dulcert (1339).....	57
Figura 6 - Posição da barra de Aveiro em várias épocas.....	58
Figura 7 - Pormenor da região de Aveiro segundo Álvaro Seco (1561).....	63
Figura 8 - As Ilhas da laguna de Aveiro.....	64
Figura 9 - O litoral de Aveiro em 1634.....	67
Figura 10 - A foz do Vouga e os seus canais.....	70
Figura 11 - Variação da temperatura média na Europa Oriental durante os últimos 1200 anos.....	89
Figura 12 - Evolução provável de crescimento da população europeia (400 A.C.-1900).....	89
Figura 13 - Distribuição espacial dos mosteiros e acistérios da Reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga.....	109
Figura 14 - Tendências de implantação geográfica dos mosteiros e acistérios (séculos IX-X).....	110
Figura 15 - Tendências de implantação geográfica (total de referências a sul de Espinho).....	111
Figura 16 - Ocupação territorial.....	152
Figura 17 - Distribuição geográfica do total de referências.....	155
Figura 18 - Distribuição de referências documentais no reinado de D. Dinis.....	157
Figura 19 - Distribuição de referências ao povoamento (N/S).....	158
Figura 20 - Linhas de melhor ajuste de distancia à costa (Km).....	159
Figura 21 - Distribuição de referências em relação à Feira (N/S).....	161
Figura 22 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso III).....	172
Figura 23 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso Dinis).....	178
Figura 24 - Reconstituição do antigo litoral junto à foz do Vouga.....	203
Figura 25 - Distribuição geográfica das marinhas por séculos.....	204
Figura 26 - Distribuição das marinhas por séculos (nº de referências).....	210
Figura 27 - Distribuição geográfica dos moinhos (por séculos).....	220
Figura 28 - Parte Ocidental do <i>Itinerarium Gaditanum</i>	226
Figura 29 - Tabula Peutingeriana.....	227
Figura 30 - A rede viária.....	231
Figura 31 - Pontes do Vouga e do Águeda.....	244
Figura 32 - Provável linha de costa (séculos IX-XIV).....	287

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do Património do Cabido Conimbricense no Baixo Vouga (1108-1306)	101
Tabela 2 - Mosteiros ou acistérios da reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga	107
Tabela 3 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso II (por concelhos)	145
Tabela 4 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso III (por concelhos)	147
Tabela 5 - Povoamento a partir das inquirições de D. Dinis (por concelhos).....	149
Tabela 6 - Utilização da estrutura fundiária	165
Tabela 7 - As marinhas e o sal	196
Tabela 8 - Os moinhos	218
Tabela 9 - Elementos para o traçado do litoral entre Espinho e Mira (Século IX - Primeiro quartel do século XIV)	281

SIGLAS E ABREVIATURAS

Cart. – *Cartulário (Baio-Ferrado)*

Cf. – confronte-se

Cit. – citado

dir. - direcção

doc., docs. – documento,

documentos ed. – edição/editorial

Fasc. – Fascículo

fl, fls. – folha, folhas

Fund. – Fundação

Gav. – Gaveta

Introd. – Introdução

Mç. – Maço

Mil. – *Milenário (de Aveiro)*

nº – número

p., pp. – página, páginas

P.M.H. – *Portugaliae Monumenta Historica*

policop. – policopiado

Sep. – Separata

T.T. – Torre do Tombo

V. – Ver, também

v.g. – *vergo gratina*

vol., vols. – volume, volumes

RESUMO

A evolução da linha de costa do Baixo Vouga entre os finais do século IX e 1325 foi profundamente dependente do crescimento de uma restinga arenosa, enraizada a sul de Espinho, que, ao desenvolver-se de Norte para Sul, separou a costa do oceano e condicionou a emergente laguna de Aveiro. A este factor natural acresceu outro, de ordem político-militar, plasmado na pacificação do território decorrente da tomada definitiva de Coimbra pelos cristãos, em 1064.

Directamente relacionadas com as duas condicionantes expostas e dependentes das mesmas, estiveram as variações dos níveis de ocupação e aproveitamento dos solos, a salicultura, as pescas, o comércio e a navegação.

Temos no presente caso, um exemplo evidente da forma como o meio condiciona as actividades humanas e, por outro lado, como estas intervêm na transformação desse mesmo meio, nomeadamente através do aumento ou diminuição do abastecimento sedimentar resultante da variação da pressão demográfica e conseqüente intensificação das actividades produtivas.

ABSTRACT

The evolution of the Baixo Vouga coastal zone between the IXth century ending and 1325 was deeply dependent of a North-South sandy spit growing. This sandy spit was formed South of Espinho and its southward growing isolated a previously existing large bay originating the Aveiro's lagoon.

Consequences of this natural process were enlarged with a political and military event: the definitive conquest of Coimbra by the Christian army (1064) that turned the territory safe.

Changes of occupational levels and use of the natural resources are directly related to these factors (fast costal evolution and territory pacification).

This case is a good example of how environmental modifications can influence human activities, and how such activities influence (namely demographic variation and the productive activities management) influence environmental modifications.

NOTA PRÉVIA

À guisa de preâmbulo devo confessar que o trabalho que agora se apresenta foi resultado de uma indizível determinação, a tocar as raias da pertinácia, porquanto implicou uma enorme viragem na linha de investigação que vínhamos seguindo, resultando, mesmo, na alteração do tema de doutoramento já apresentado e aprovado pelo Conselho Científico da Universidade Aberta.

Tudo começou quando o nosso Amigo e colega Ulisses Miranda Azeiteiro, especialista em Zoologia Marinha, nos lançou o convite para formularmos um projecto conjunto que versasse o **estudo da zona costeira portuguesa**, no qual a análise diacrónica contribuísse para o seu mais perfeito entendimento e, por consequência, para a sua correcta gestão e desenvolvimento sustentável. Ocupadas na altura com o tratamento dos dados obtidos para a elaboração de um outro plano de doutoramento, a nossa resposta foi imediata e impulsivamente a de um redondo NÃO. Bastaram-nos porém 5 ou 10 minutos para, já perfeitamente desconcentradas e alheias ao trabalho que estávamos a realizar, indagar acerca dos fundamentos de tal projecto, capacidades do mesmo, possibilidades de interacção científica, etc. Subsequentemente, a troca de impressões com investigadores de diversas áreas científicas, necessariamente com visões e métodos de análise diferentes dos nossos, não só nos estimulou como, devemos confessar, nos despertou para o enriquecimento e produtividade que uma partilha de análises multidisciplinares, primeiro, e, subsequentemente, interdisciplinares, pode trazer aos produtores de conhecimento, e ao próprio conhecimento científico, encarado de uma forma o mais globalizante possível. Assim posicionadas, não só não resistimos a um segundo convite como,

verdade seja dita, já nos entusiasmaríamos mais as propostas de estudo do litoral português do que a (sensata) prossecução do nosso tema inicial de doutoramento. Contudo, a grande viragem deu-se quando decidimos levar ao Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta um trabalho intitulado *A zona costeira portuguesa como indicador da eficácia do poder*². Depois do inevitável trabalho de recolha e tratamento de dados, sentimo-nos irremediavelmente rendidas perante a perspectiva de análise diacrónica do litoral português. Ao abrigo do SAPIENSproj99, programa entretanto aberto pela Fundação da Ciência e Tecnologia, avançámos com a apresentação de um projecto intitulado *DATA COAST – Análise Diacrónica das Pequenas Oscilações Climáticas com Repercussão na Zona Costeira Portuguesa. Impactes Naturais e Humanos*, cuja instituição proponente foi a Universidade Aberta³, mas que contava com a Universidade do Algarve como parceira científica⁴. Independentemente da aprovação deste projecto havia que assumir, com inteira honestidade intelectual, que a nossa linha de interesse histórico se havia alterado de forma inexorável e definitiva.

² Maria Rosário Bastos e Ulisses Miranda Azeiteiro – “A Zona Costeira Portuguesa Como Indicadora da Eficácia do Poder”, in *Discursos*, III Série, nº 2, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 227-241.

³ Neste particular cumpre-nos explicitar os nossos mais profundos agradecimentos ao Professor Doutor António Augusto Tavares, à Professora Doutora Maria José Ferro Tavares e ao Professor Doutor João Luís Cardoso, pela forma entusiasta como acolheram a ideia, bem como pela disponibilidade prontamente manifestada para orientarem e colaborarem directamente na investigação a desenvolver. Não poderemos deixar de mencionar novamente o Professor Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro que connosco colaborou activamente na redacção e defesa do projecto.

⁴ Neste caso seria tremendamente injusto não agradecer ao Professor Doutor Alveirinho Dias o inestimável empenho com que não só incentivou à execução do projecto como, também, o aconselhamento técnico que sempre colocou ao nosso dispor.

Foi o tempo das grandes opções e das grandes viragens. Estávamos persuadidas a mudar o tema da dissertação de doutoramento. Não obstante os doutos e experientes conselhos de Mestres e Amigos que nos incitavam a, de forma prudente e segura, concluirmos o nosso projecto de doutoramento já encetado e, depois sim, abraçarmos uma nova perspectiva de análise historiográfica, já nada havia a fazer. Como dizia Pessoa “quando Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”. A nossa dissertação de doutoramento haveria de ser sobre um troço do litoral português! E qual? Aquele onde fomos nadas e criadas, pois claro! A zona da laguna de Aveiro, laguna essa que, para mais, se iria formar e desenvolver no período histórico que sempre nos apaixonou: A Idade Média.

Definida a área geográfica e cronológica a estudar, foi tempo de percorrer os arquivos, exumar documentos, reler e reinterpretar as fontes publicadas, compilar e analisar estudos e monografias. Contudo, o trabalho que agora se apresenta não se esgotou no esforço individual. Ele é, em muito, reflexo do apoio de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, o acalentaram e aos quais seremos sempre devedoras.

Em matéria de reconhecimento, não podemos deixar de manifestar, desde logo, à Orientadora desta dissertação, Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, o nosso agradecimento por todo o apoio e, obviamente, suporte científico, com que nos foi brindando ao longo do trabalho.

Aos doutos membros do Conselho Científico da Universidade Aberta cumpre-nos agradecer a presteza com que aprovaram a alteração do nosso plano de tese, assim como a aprovação de uma licença para dispensa de serviço docente, em ordem à elaboração do trabalho que agora se apresenta.

Ao Professor Doutor Alveirinho Dias, não queremos deixar de assinalar toda a nossa gratidão pela *mais-valia* científica que trouxe ao presente estudo no que concerne à sua vertente geomorfológica e morfodinâmica.

Ao Professor Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro, “responsável primeiro” pela nossa incursão nestes assuntos do estudo da orla marítima, o nosso obrigado pelo repto em boa hora lançado, o qual nos deu a possibilidade de trilhar um caminho de investigação que tanto nos tem apaixonado.

Às nossas Amigas e colegas Professora Doutora Teresa Noronha e Professora Doutora Adelaide Millán da Costa, o nosso sincero reconhecimento pelo estímulo e apoio com que nos agradeceram ao longo de todo o trabalho. Julgo que os respectivos comportamentos só podem radicar numa sincera amizade e essa, como é sabido, não é passível de ser objecto de agradecimento, apenas de retribuição.

Reconhecimento e apreço é o que sentimos por todo o carinho, simpatia e conforto manifestados pelos Colegas e Amigos da Delegação Norte da Universidade Aberta e do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares desta mesma Universidade.

No meticuloso e demorado trabalho heurístico contámos, numa fase inicial, com a preciosa ajuda da Dr^a Alexandra Vidal, inicialmente na qualidade de bolsreira do IMAR e, depois, como estagiária do Instituto de Emprego e Formação Profissional/Universidade Aberta. Para ela o nosso muito obrigado!

Finalmente, não há palavras para expressar uma profunda gratidão para com a nossa família, sobremaneira o nosso filho, o qual de modo discreto mas sempre presente nos acalentou, compreendendo e desculpabilizando repreensíveis ausências e demonstrando, deste

modo, uma sageza e maturidade de que não nos acreditamos merecedoras.

Não podemos nem queremos terminar este ponto sem nos curvamos respeitosamente perante a memória de Alguém que nos “apresentou” toda a região e que, através dos recorrentes passeios dominicais, nos contaminou com o amor que sempre sentiu pelo Baixo Vouga Lagunar. Sophia de Mello Breyner Andresen escrevera “*Quando eu morrer voltarei para buscar os instantes que não vivi junto ao mar*”⁵; espero que assim seja, ao menos através da homenagem aqui prestada. Pai, este trabalho também é para ti.

⁵ Sophia de Mello Breyner Andresen – *Livro Sexto (Obra Poética)*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 43.

INTRODUÇÃO

1. Estado da questão

Os estudos históricos de bacias hidrográficas, sobremaneira para o período medieval, assume-se, ainda, como terreno bravio onde muito, quase tudo, há a explorar. Excepção feita ao meritório trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, resultante de um trabalho culminado no já longínquo ano de 1983⁶ (embora sempre acutilante e actual), não encontramos exemplos similares, porventura mais recentes, e abrangendo a análise de outros espaços “histórico-hidrográficos”⁷. Esta situação afigura-se extremamente lamentável porquanto, a montante (neste caso no sentido literal do termo), o insuficiente conhecimento dos espaços flúvio-navegáveis, nas suas mais variadas componentes, redonda, a jusante (novamente em sentido estrito), na criação de “hiatos científicos” no que respeita à apreensão e compreensão da evolução histórica do litoral português. Neste particular, faça-se jus aos trabalhos

⁶ Este estudo, elaborado com o fito de ser apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Doutor em História seria, mais tarde, dado à estampa pela Imprensa Nacional- Casa da Moeda sob o título *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. A ele nos iremos necessariamente reportar ao longo do nosso trabalho.

⁷ Não podemos, em abono do rigor, deixar de mencionar aqui um “estudo de bacia” mais recente que, embora não seja da autoria de um historiador (a quem sobressai - e com que pertinência – uma natural apetência para o rigor histórico), nem tão-pouco se reporte à época medieval, constitui uma obra notável. Referimo-nos ao trabalho de João Carlos Garcia, intitulado *A navegação no Baixo Guadiana Durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*, apresentado, em 1996, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana e, infelizmente, ainda não publicado, por vontade expressa do Autor.

de Alberto Sampaio ⁸, Amorim Girão ⁹, Fernandes Martins ¹⁰, Fernando Castelo-Branco ¹¹ ou Jaime Cortesão ¹², cujas contribuições científicas que constituíram, à época, autênticas “pedradas no charco”, carecem actualmente de continuidade e, principalmente, de actualização, à luz dos conhecimentos adquiridos desde a data das respectivas publicações até ao presente.

⁸ Alberto Sampaio – *Estudos Históricos e Económicos*, II vol. – *As Póvoas Marítimas*, Lisboa, Editorial Vega, 1979. A primeira edição desta obra data do já longínquo ano de 1923.

⁹ A. de Amorim Girão – *Geografia Ilustrada*, Porto, Portucalense Editora, 1941.

¹⁰ Alfredo Fernandes Martins – “A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa”, Sep. de *Biblos*, nº XXII, Coimbra, 1947.

¹¹ Fernando Castelo-Branco – “Alguns aspectos da evolução do litoral português”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 7/9, Lisboa, 1957.

¹² Jaime Cortesão – *Os factores Democráticos na Formação de Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1978. A primeira edição deste trabalho remonta a 1964.

Ora este “vazio”, este eventual desinteresse pelo estudo diacrónico dos nossos fenómenos costeiros, é tanto mais penoso quanto vivemos num país que possui mais de 800 Km de costa, a qual constitui “*um dos traços fundamentais da terra portuguesa, indissociável do seu passado histórico e do seu futuro*”¹³. O conhecimento da orla costeira portuguesa através da História é tarefa tanto imperativa como complexa. Na verdade, implica necessariamente (e entre outros pressupostos) a análise e estudo da estrutura do relevo, isto é, das formações geológicas sujeitas à erosão, erosão esta que decorre, sobretudo, das características climáticas, da cobertura vegetal, da constituição dos solos mas, também, da rede hidrográfica e da variação de todos estes factores (interrelacionados) ao longo do tempo. Todos estes itens se relacionam e interagem uma vez que, como adverte Cortazar, “*o clima que, através das precipitações, influi no regime hidrológico e, conseqüentemente, nas possibilidades de diversos aproveitamentos da rede hidrográfica, condiciona de acordo com os níveis térmicos o desenvolvimento das plantas, e plasma, numa combinação de ambas as componentes, o quadro das modalidades de desagregação das rochas e do seu arrastar pelas vertentes*”¹⁴. Contudo, não podemos descurar o facto de todos estes factores, quando analisados numa perspectiva diacrónica, terem de ser interpretados tomando em linha de conta os impactes das acções humanas sobre os elementos naturais (e vice-versa).

¹³ *Portugal. Perfil Geográfico*, direcção de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1997, p. 180.

¹⁴ Jose Angel Garcia de Cortazar – *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 62.

Afigura-se, deste modo, por demais evidente que o papel do historiador neste domínio não é negligenciável. Pelo contrário! Em diálogo com as chamadas Geociências, a História pode consubstanciar-se num contributo extremamente válido para um conhecimento mais preciso deste país que apresenta uma tão vasta linha de costa. Para tanto, será necessário que as normalmente apelidadas “Ciências Naturais” deixem de encarar as ditas Humanidades com sobrançeria e passem, por exemplo, a englobar a análise historiográfica (e arqueológica, e geográfica...) na Geo-História, deixando esta de estar circunscrita à Estratigrafia e à Paleontologia. É que se a Geo-História tem “*por objectivo a história do nosso planeta*”¹⁵, esta não se reporta tão-só aos períodos pré-humanos ou proto-humanos, embora, quantitativamente, estes preencham a quase totalidade do tempo de existência da Terra. A Geo-História abarca, também, o período *Quaternário*, onde a presença humana se faz sentir e, porventura, com uma capacidade de manipulação que consegue alterar “num curto período de tempo” aquilo que desde a *Época Primária*, a uma distância cronológica que desafia a imaginação, a natureza se empenhou a arquitectar.

Paralelamente, compete às Ciências Humanas e Sociais lutarem contra um certo “autismo” que as tem caracterizado, afirmando, por mérito próprio, o seu papel na tão almejada interdisciplinaridade, única via para a verdadeira construção do conhecimento científico.

¹⁵ A. M. Galopim de Carvalho – *Geologia. Morfogénese e sedimentogénese*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, p. 11.

Fazemos assim eco das palavras de Boaventura de Sousa Santos ao afirmar “*A superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas. (...) É pois necessário descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade*”¹⁶.

¹⁶ Boaventura de Sousa Santos – *Um discurso sobre as Ciências*, 11.^a edição, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999, pp. 43-44.

2. Pressupostos científicos do presente estudo

Em nosso entender, o estudo de uma bacia hidrográfica, seja em que perspectiva for, revela-se sempre útil, isto independentemente da abordagem cronológica escolhida (sincrónica ou diacrónica). Ontem como hoje, os recursos hídricos são fundamentais para a afirmação económica e, porque não dizê-lo sem peias, para a afirmação política de sub-regiões, regiões ou mesmo países. Basta lembrarmos as imbricadas e morosas negociações entre Portugal e Espanha, com o fito de estabelecer normativas para a utilização e gestão dos rios ibéricos, para percebermos a importância da questão em apreço.

Braudel sublinhou a importância histórica dos cursos de água ao assinalar o seu duplo papel: *“transportadores de água, de perturbações do quotidiano ou de férteis lodos, eles [os rios] constroem o essencial das planícies arábicas onde os homens virão a trabalhar duramente; instrumentos de erosão, actuam sobre os seus próprios vales, abrem caminho através das suas próprias aluviões e novamente as deslocam”*¹⁷.

Mormente no período medieval, os rios aduzem às características atrás mencionada uma outra não menos importante: afiguram-se como meios de comunicação por excelência. Num tempo onde a rede viária é

¹⁷ Fernand Braudel – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar, 2001, p. 25

manifestamente insuficiente para dar resposta às necessidades de deslocação de pessoas e bens e onde grande parte das estradas, construídas sobretudo durante a romanização da Península Ibérica, se encontravam já deterioradas ou intransitáveis, a navegação fluvial assume-se como um vector de acessibilidade essencial.

Estabilizadas as fronteiras terrestres com a expulsão dos muçulmanos do Ocidente Peninsular, diminuído o perigo da pirataria islâmica - e, porventura, cristã – que assolava os portos do mar e dos rios, toda a rede fluvial portuguesa passou a ser utilizada em pleno, completando eficazmente a rede terrestre ¹⁸. “*Os rios unem, escreveu Miss Ellen Semple. ‘Unem e unificam’, poderemos nós acrescentar. É ver como na grande maioria dos casos o curso de água se torna uma linha que não o quebra, antes reforça a unidade das duas margens. Desta forma respondia Amorim Girão às críticas que H. Lautensach lhe tecera a propósito da sua tese sobre A Bacia do Vouga*” ¹⁹.

¹⁷ Fernand Braudel – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar, 2001, p. 25.

¹⁸ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV* (Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 492-493.

¹⁹ João Carlos Garcia – *O.c.*, 1º vol., Porto, 1996, Introd., p. XIV, nota 3.

2.1. A acuidade do tema

O estudo histórico do Baixo Vouga em tempos medievos, mais concretamente no período imediatamente anterior à autonomia do reino de Portugal e primeiros séculos de independência, não foi ainda realizado. Não obstante a publicação de alguns importantes trabalhos historiográficos sobre aglomerados urbanos que integravam - e integram - esta bacia hidrográfica ²⁰, quer-nos parecer que a análise deste espaço nas suas vertentes geomorfológica e hidrológica, em conexão com as vivências e acções dos homens que aí habitaram ao longo da nossa Idade Média, está ainda por realizar. O empenho em elaborar uma dissertação que abarque a compreensão de um espaço físico pela análise diacrónica das suas componentes naturais, sociais, económicas e políticas decorre da nossa convicção, cada vez mais arreigada, que a apreensão da identidade de um território só é possível se tomarmos em linha de conta as potencialidades e limitações que o

²⁰ Vejam-se, por exemplo os trabalhos de: P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média*, Ovar, ed. Câmara Municipal de Ovar, 1967; P^o. Aires de Amorim – *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, ed. da Comissão de Melhoramentos, 1986; José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa, 1989, ou, dos mesmos autores, *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, ed. da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993; Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval*, Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1991 e, da mesma Autora, *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, 1994; Inês Amorim – *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, ed. da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. A estas obras acrescente-se o contributo de muitos outros trabalhos, normalmente de carácter monográfico, publicados, sobretudo, na revista do *Arquivo do Distrito de Aveiro* e no *Boletim Municipal de Aveiro*, trabalhos estes a que iremos fazer oportunamente referência, ao longo do presente estudo.

meio envolvente impôs às comunidades aí instaladas, bem como à forma como essas mesmas comunidades conseguiram aproveitar e/ou transformar os condicionalismos que a natureza apresentava.

Propomo-nos, então, levar a termo uma tarefa sem dúvida complexa mas que, estamos em crer, possibilitará uma mais verosímil aproximação à complexidade do objecto de estudo histórico, numa dimensão o mais global possível, que é, no fundo, a legítima pretensão de todo o historiador. Por outro lado, devemos advertir que dispomos de importantes contributos científicos decorrentes de estudos realizados no âmbito dos mais variados ramos do saber. Assim, já em 1922 Amorim Girão publicava uma monografia sobre a Bacia do Vouga²¹, a qual veio a ser complementada e enriquecida com inúmeros estudos de âmbito geomorfológico²².

²¹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

²² De entre uma imensidão de trabalhos compulsados salientem-se, por ora: Alberto Souto - *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*, Aveiro, Livraria João Vieira da Cunha Editora, Tipografia Minerva, 1923; Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa, 1961; I. B. Mota Oliveira, A. J.S. F. Valle e F. C. C. Miranda – “Litoral Problems in the Portuguese West Coast”, in *Coastal Engineering*, vol. III, 1982, pp. 1951-1969; Suzanne Daveau – “A história do haff-delta de Aveiro, ou...as fraquezas do nosso ensino da Geografia”, in *Finisterra*, vol. XXIII, nº46, Lisboa, 1988, pp. 327-335; Orlando de Oliveira – *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988; Ó. Ferreira e J. Alveirinho Dias – “Evolução Recente Alguns Troços do Litoral Entre Espinho e o Cabo Mondego”, in *Actas do 2º Simpósio Sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz*, Porto, 1991, pp. 85-95; Isabel Abrantes; Fernando Magalhães & J. M. Alveirinho Dias – “Characterisation of the surface sediments of the continental shelf ans upper slope between Espinho and Aveiro”, in *Gaia*, nº 8, 1994, pp. 97-104; H. M. Granja – “Bacias Hidrográficas, Estuários e Lagunas Costeiras. Passado e Presente (Exemplos nas Bacias Hidrográficas no NO de Portugal)”, in *Seminário Os Estuários de Portugal e os Planos de Bacia Hidrográfica, Eurocoast-Portugal*, Lisboa, 1999, pp. 159-179; H. M. Granja; I.C. Ribeiro; G. Soares de Carvalho e M. Senos Matias – “Some Neotectonic Indicators in Quaternary Formations of the Northwest Coastal Zone of Portugal”, in *Elsevier, Phys. Chem. Earth (A)*, vol. 24, nº 4, 1999, pp. 323-336.

2.2. A escolha do espaço

A formação da laguna de Aveiro é exemplar no que se refere à rapidez da evolução costeira ²³. Trata-se de um fenómeno extremamente interessante que ilustra bem a influência que o desenvolvimento geomorfológico do litoral pode ter ao nível das estruturas de povoamento e da utilização dos recursos naturais.

Comecemos por delimitar o espaço!

Amorim Girão, na sua *Geografia de Portugal*, já advertia: “*De Espinho até ao Cabo Mondego, é que as alterações da linha de costa se revelam de maior amplitude (...) Não apenas na parte correspondente à Ria de Aveiro, mas ainda mesmo a N. e a S. deste acidente, as actuais lagoas de Esmoriz e de Paramos, de Mira e da Tocha, da Vela e dos Braços, testemunham o antigo domínio marinho*” ²⁴. Na verdade, a geomorfologia indica-nos que a abordagem do Baixo Vouga só faz sentido quando analisada uma área mais vasta, circunscrita, *grosso modo*, entre Espinho e Buarcos. A formação e progressivo assoreamento das lagoas atrás mencionadas por Amorim Girão, foram subsidiárias do abastecimento sedimentar fluvial dos rios localizados a norte (designadamente do rio Douro) que, mercê

²³ J. M. Alveirinho Dias; Aurora Rodrigues e Fernando Magalhães – “Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos”, in *Estudos do Quaternário*, 1, APEQ, Lisboa, 1997, p. 60.

²⁴ A. de Amorim Gir

sobretudo da deriva litoral ²⁵, constituíram um agente activo na mobilização e distribuição de sedimentos pela plataforma continental da região em apreço ²⁶. Por isso mesmo, para analisar a evolução histórica medieval do Baixo Vouga ou Vouga Lagunar, aqui entendido como espaço fluvio-marítimo navegável, tivemos que eleger como objecto de estudo uma área geográfica mais ampla que a actualmente ocupada pela laguna de Aveiro, o que, aliás, contribuiu para uma percepção mais integrada de um espaço físico onde se viriam a constituir e enraizar estruturas de poder resultantes das vicissitudes políticas e militares decorrentes do processo de Reconquista e seu *terminus*. Com efeito, a partir de meados do séc. XI e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XII, a emergência de uma aristocracia inferior que se impôs na guerra da fronteira meridional, veio a conquistar domínios em regiões ainda não senhorializadas; é o caso das aquisições feitas na Terra de Santa Maria e nas regiões próximas do Vouga e do Paiva ²⁷.

²⁵ Por “deriva litoral” entenda-se o “caudal transportado pela ondulação no sentido longilitoral resultando da relação de equilíbrio entre o clima de agitação marítima, os sedimentos disponíveis e a orientação do litoral exposto à ondulação que aí se faz sentir”, in Maria Isabel Moreira da Silva – *Avaliação de áreas de risco entre Espinho e o Furadouro*, Aveiro, 1997, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Zonas Costeiras (policop.), p. 51.

²⁶ I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, pp. 1951-1969.

²⁷ José Mattoso – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II – *Composição*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 30. ³¹ Orlando de Oliveira – *O. c.*, p. 31.

Por último, não podemos deixar de sublinhar o feliz acaso consubstanciado no facto da génese da laguna de Aveiro ser cronologicamente coincidente com a origem e afirmação do estado português. Como salientou Orlando de Oliveira, “*A Ria de Aveiro e Portugal formaram-se ao mesmo tempo*”²⁸ e, acrescentaríamos nós, o desenvolvimento de uma contribuiu, na devida proporção, para a afirmação do outro (e *vice-versa*).

2.3. Delimitação cronológica: limites *a quo* e *ad quem*

Quanto aos limites cronológicos seleccionados, devemos advertir que, na evidente impossibilidade de analisarmos a bacia do Vouga, desde a existência dos primeiros registos escritos que lhe são alusivos, até fixação definitiva da sua foz e abertura da barra artificial, em 1808, optámos por centrar a nossa atenção num período medieval que antecedeu a independência portuguesa, bem como nos primeiros séculos do novo reino de Portugal. A esta opção não foi alheia a circunstância da formação do cordão litoral que separa a laguna de Aveiro do mar ter registado o seu principal desenvolvimento entre os séculos X e XIII ²⁹. Mais, a efectiva pujança económica do Baixo Vouga lagunar registou-se, maioritariamente neste período medievo quando:

- se começaram a consolidar ambientes propícios à produção de sal (principal riqueza da zona) pela transformação de um espaço aberto ao oceano (deste sofrendo os impactes das ondas) num espaço energeticamente bastante mais calmo, já com características lagunares, protegido por restingas arenosas e, consequentemente, propício à implementação das marinhas;

²⁹ Cf., por todos, Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)* ..., pp. 39-40 ou a Fig. 2 Apresentada em I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, p. 1951.

- paralelamente ao sal e em complemento deste, o incremento da pesca e a consolidação de rotas comerciais marítimas, a partir deste troço litorâneo ³⁰ permitiram, então, capitalizar a partir do mar rendimentos que o solo, pela sua pobreza, não facultava em termos agrícolas;

- por último, confessemos-lo sem qualquer espécie de pudor, a Idade Média foi sempre o período histórico que mais nos fascinou e em cujos parâmetros cronológicos temos vindo a desenvolver os nossos trabalhos de investigação. Ora, quando é explicitado por investigadores das ciências costeiras que “*a evolução da linha de costa é, ainda, pouco conhecida, principalmente nos períodos anteriores ao século XVI*” ³¹, devemos afirmar que nos sentimos fortemente motivadas para “agarrar o repto”, tentando contribuir para o esclarecimento da matéria. Movidas por todos os móveis atrás expostos, designadamente no que concerne à escolha do tema e à área geográfica de enfoque cumpre-nos, ainda, explicitar as balizas cronológicas da presente dissertação, a saber, **897** (limite *a quo*) e **1325** (limite *ad quem*). Passemos às respectivas justificações.

No caso do limite *a quo*, devemos referir que este não resulta de qualquer opção em especial. Na verdade, ele foi-nos “imposto” pela própria investigação efectuada, porquanto 897 é a data do mais antigo documento escrito por nós compulsado e respeita à doação que Gondesindo e sua mulher Adosinda fazem ao mosteiro de Pedroso de

³⁰ Virgínia Rau – *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 95-112.

³¹ J.M. Alveirinho Dias; Aurora Rodrigues e Fernando Magalhães - *O. c.*, p. 63.

bens que possuíam no Entre-Douro-e-Vouga, com vista à fundação e concomitante dotação patrimonial do dito cenóbio ³². Este documento revelou-se muito importante em virtude de nele se referir já a Lagoa de Esmoriz, quando se lê: a "*uilla de ermoriz que est circa lagona de auille*" ³³.

No que concerne ao limite ad *quem*, este coincide com o final do reinado de D. Dinis. Na impossibilidade prática de estudar, em tempo útil, toda a evolução da zona lagunar até finais da Idade Média (por ex., até ao séc. XV, altura em que a barra natural da laguna em formação se situava junto a S. Jacinto ³⁴), optámos por colocar o *terminus* no reinado dionisino. Tal determinação prende-se com justificações das mais variadas naturezas. Do ponto de vista político-administrativo é sobejamente atestado que a acção deste monarca conflui num ponto de viragem. Carvalho Homem, para responder à questão “D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?” Afirma “*Arrumemos de vez a cómoda etiqueta da época de transição, e procuremos saber em que ponto estamos. E o ponto em que estamos tem de facto a ver com o ângulo de abordagem de um conjunto de décadas que são efectivamente um momento-chave,*

³² *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita. Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867, documentos 8 e 12. Note-se que, a partir deste momento, sempre que nos referirmos a esta obra designá-la-emos somente como *P.M.H., Diplomata et Chartae*, seguindo-se o(s) número(s) dos documentos citados.

³³ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 8 e 12. Queremos advertir para o facto de todos os negritos apresentados, a partir deste momento, no corpo do texto ou em nota, serem da nossa responsabilidade.

³⁴ Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático) ...*, pp. 39-40 ou a Fig. 2 Apresentada em I. B. Mota Oliveira, J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, p. 1951.

e que, conforme a perspectiva tanto podem fechar um período como abrir outro. Coloquemo-nos assim, e antes de mais, na perspectiva de distinção entre uma Idade Média de «expansão» (séculos XI-XIII) e os tempos de «crise» (séculos XIV-XV) (...). E, de facto, deste ponto de vista, as décadas dionisinas pertencem muito mais claramente à primeira fase do que à Segunda”³⁵. O Autor prossegue a explanação desta ideia dando como exemplo o incremento verificado em matéria de povoamento, outorga de forais ou na organização concelhia³⁶. Este facto fora igualmente atestado por Maria Rosa Marreiros ao sublinhar que “Para efeitos de exploração e povoamento, muitos domínios da coroa foram-se sucessivamente fragmentando em pequenas unidades de exploração, sobretudo no norte e centro do País, onde os terrenos se apresentavam mais produtivos e a população mais compacta”³⁷. Tal realidade está patente no Baixo Vouga Lagunar medieval, como veremos mais adiante neste trabalho. No momento, podemos adiantar que, v.g., na zona do actual concelho de Águeda, D. Dinis exerceu um grande esforço no sentido de promover o (re)povoamento, ocupação (arroteamentos) e aproveitamento das terras através de doações e da locação de matos e montes maninhos³⁸.

³⁵ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV* ..., pp. 161.

³⁶ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV*..., pp. 161-162. ³⁷ Maria Rosa Ferreira Marreiros – *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Guimarães* (Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, policop.), Vol. II, Coimbra, 1990, p. 632.

³⁸ Cf. Rosário Bastos e Alveirinho Dias – “Geodinâmica e Acções Antrópicas: dois Elementos Estruturantes na Construção da Europa” in *Discursos*, III Série, nº 4, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 55-80.

A intensificação do povoamento e exploração agrícola junto do rio Águeda, um dos principais afluentes do Vouga, conduziu a um acréscimo no transporte e deposição de sedimentos carreados para a foz do rio principal ou, se quisermos, para a área da laguna de Aveiro, já em plena formação. Este factor, associado a outros de índole natural ou decorrentes da intervenção humana, vão necessariamente repercutir-se na configuração e evolução da zona litorânea da bacia do Vouga, especialmente na sua delimitação meridional. Desta forma, as acções de Dinis tiveram impacte não só a nível político, social e económico, como, também, ao nível da morfodinâmica. Assim sendo, julgamos plausível que seja este reinado a marcar o limite cronológico superior deste trabalho.

3. Definição de objectivos

Num período de pré-formação e posterior afirmação de Portugal como reino independente, a população que se fixou no baixo Vouga foi mobilizada por uma série de transformações geomorfológicas relativamente rápidas, ao nível do litoral, cuja evolução viria necessariamente condicionar os níveis de ocupação do território e as formas de desenvolvimento económico (e relações político-sociais) aí estabelecidas. O presente trabalho procura obter, tanto quanto possível, uma visão de conjunto sobre o Baixo Vouga na cronologia anteriormente mencionada. Para o efeito, analisar-se-á o território ou, se preferirmos, os factores naturais condicionantes da fisionomia ambiental, em ordem a perceber em que medidas estes, determinaram os elementos físicos (ou, se preferirmos, geomorfológicos) que caracterizavam a bacia do Baixo Vouga em tempos medievos (Capítulo I). Seguidamente, proceder-se-á à detecção da ocupação humana no espaço físico em apreço, assumindo-se como índices especialmente relevantes os níveis de povoamento do território e aferindo, tanto quanto possível, quais os protagonistas em presença (Capítulo II). Finalmente, procurar-se-ão estudar as interações e interdependências estabelecidas entre o Homem e o (seu) Meio numa fase de amplas possibilidades económicas facilitadas pela rápida morfodinâmica e, igualmente, pela pacificação de toda a zona, mercê do avanço da Reconquista para sul (Capítulo III). Por último e através da concatenação dos elementos anteriormente analisados, procurar-se-á contribuir para precisar e pormenorizar o desenho da provável linha de costa do Vouga lagunar em tempos medievos (Conclusão).

CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO

I.1. Enquadramento

«A laguna (...) iria formar um acidente único, sem parceiro na Península. Tudo isto se passou nos tempos da formação da nacionalidade. Podemos dizer com orgulho que a Ria de Aveiro e Portugal se formaram ao mesmo tempo. Nasceram simultaneamente por alturas do século XII e poderíamos dizer, fantasiando um pouco, que, enquanto os nossos primeiros Reis e os seus homens iam dilatando as terras peninsulares, a Mãe-Natura ia conquistando ao mar esta jóia prodigiosa que generosamente viria ofertar às nossas terras alavarienses».

O. de Oliveira – *Origens da Ria de Aveiro*³⁹

Na introdução do presente trabalho, ao apresentarmos o espaço em análise, justificando as razões que presidiram à sua escolha, deixámos expresso que o trecho costeiro compreendido entre Espinho e o Cabo Mondego foi aquele em que, já em tempos históricos, as alterações da linha de costa foram mais rápidas e atingiram maior amplitude em todo o território português⁴⁰.

³⁹ Orlando de Oliveira – *O.c.*, p. 31.

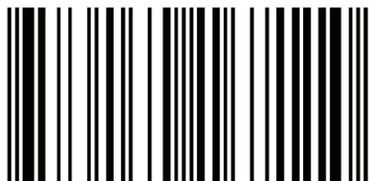
⁴⁰ Cf. a introdução do presente trabalho, designadamente 2.2, intitulado “A escolha do espaço”.

O Baixo Vouga em Tempos Medievos

A evolução do litoral português foi forçada não apenas pelos processos naturais, mas também, com amplitude crescente, pelos impactes das actividades antrópicas, sobretudo a partir do final do Primeiro Milénio d.C.. Devido à conjugação destes dois processos verificou-se uma evolução bastante rápida de algumas zonas costeiras portuguesas, de que é exemplo paradigmático o trecho onde veio a formar-se a laguna de Aveiro transformando-a numa autêntica “antropicosta”. A investigação agora apresentada privilegiou uma abordagem interdisciplinar do objecto de estudo, muito embora tivesse sempre na sua base a análise da documentação histórica medieva, com a metodologia que deve presidir à sua recolha e análise interpretativa. Intentou-se pôr à disposição de todos os interessados (comunidade científica, órgãos de decisão, populações locais e público em geral) dados científicos que revelassem a formação e ocupação da laguna de Aveiro e seu hinterland, tendo em vista a sensibilização para o respeito pela história do seu equilíbrio ecossistêmico, na esperança de que daqui se possam retirar ideias e retomar comportamentos que permitam salvar este corpo lagunar que se encontra gravemente ameaçado.



Licenciada e Mestre em História pela Fac. Letras do Porto. Doutorada em História pela Univ. Aberta, onde é docente. Bolseira da Fundação Gulbenkian. Investigadora do CEPESE. Vencedora do Prémio de Hist. Medieval. Professora visitante da Universidade do Estado do Rio Janeiro. Docente convidada da Fac. Letras de Lisboa.



978-613-0-16711-0

